



Relatório da Reunião 02/2011 dos Colegiados de Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais

Data: **08 e 09 de junho de 2011**

Cidade: **Rio do Sul**

Estiveram presentes os representantes das seguintes Associações de Municípios: AMAUC, AMFRI, AMMVI, AMNOROESTE, AMURES, AMARP, AMAVI, AMUNESC, AMURC, AMMOC, GRANFPOLIS, AMPLANORTE e FECAM.

Assuntos deliberados na Reunião:

1. Programas Assistência Social

O tema foi apresentado e a Assistente Social Janice Merigo (FECAM) vai disponibilizar uma tabela que demonstrará onde poderão ser gastos os recursos recebidos para a Assistência Social. Este material será disponibilizado posteriormente no portal da FECAM e nas próximas reuniões do colegiado.

2. Recursos Financeiros do Trânsito

A apresentação feita pelo contador Marcos (AMUNESC) estará disponível no portal da FECAM (http://www.fecam.org.br/conteudo/index.php?cod_menu=340). Encontra-se também disponível a portaria 407 do DENATRAN.

3. COSIP

Será encaminhado ofício à CELESC solicitando que a forma de repasse da COSIP aos municípios volte a maneira anterior, onde o município recebia o valor bruto e em seguida sofria o débito da cobrança dos serviços.

4. Notificação partidos políticos

Conforme o Artigo 2º da Lei 9.452 de 20/03/97 os municípios têm o prazo de dois dias úteis para notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no município, sobre os recursos recebidos.

"Art. 2º A Prefeitura do Município beneficiário da liberação de recursos, de que trata o art. 1º desta Lei, notificará os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no Município, da respectiva liberação, no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento dos recursos"

Sugere-se que se identifique os partidos políticos, entidades empresariais e sindicatos existentes no município. Após este levantamento, as informações devem ser planilhadas e sempre atualizadas.

A FECAM fará uma consulta ao TCU sobre quais informações devem ser realmente encaminhadas, se apenas as transferências voluntárias ou se qualquer transferência recebida pelo município e qual a forma de notificação.



5. Resolução CONANDA 137/2010

Conforme estabelece a Resolução 137 no seu artigo 7º os municípios devem criar um CNPJ específico para os Fundos utilizando, segundo a tabela de Natureza Jurídica da Receita Federal, o código 120-1.

"Art. 7º O Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente não deve possuir personalidade jurídica própria e deve utilizar o mesmo número base de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Órgão ou da Secretaria à qual for vinculado por lei, conforme dispõe o art. 2º da presente Resolução.

§ 1º Para garantir seu status orçamentário, administrativo e contábil diferenciado do Órgão ao qual se encontrar vinculado, o CNPJ do Fundo deverá possuir um número de controle próprio.

§ 2º O Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente deve constituir unidade orçamentária própria e ser parte integrante do orçamento público."

Ficará a critério do município a movimentação financeira dos recursos, podendo as mesmas ocorrer no CNPJ do município ou no CNPJ do próprio Fundo.

Se movimentar pelo CNPJ do município o CNPJ do Fundo servirá apenas para a abertura de contas bancárias.

Caso o município opte pela movimentação no CNPJ criado para o Fundo, este deixará de ser meramente contábil passando a ter obrigações acessórias (DCTF, DIRF e outras).

É importante lembrar que, segundo a IN 1.113 de 28/12/2010 da Receita Federal, o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, que recebe algum recurso a título de doação, deverá apresentar a Declaração de Benefícios Fiscais - DBF.

"Art. 2º Ficam obrigados à apresentação da DBF:

I - os órgãos responsáveis pela administração das contas dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, distrital e municipais, no que diz respeito às doações efetuadas a esses fundos;"

A não apresentação da DBF dentro do prazo estabelecido na legislação acarreta em multa.

"Art. 5º A não apresentação da DBF no prazo estabelecido no art. 4º ou a sua apresentação com incorreções ou omissões acarretará a aplicação das seguintes penalidades:

I - multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês-calendário, no caso de falta de entrega da declaração ou de entrega após o prazo; e

II - multa de 5% (cinco por cento), não inferior a R\$ 100,00 (cem reais), do valor das informações omitidas, inexatas ou incompletas.

Parágrafo único. A multa a que se refere o inciso I tem, por termo inicial, o primeiro dia subsequente ao fixado para a entrega da declaração e, por termo final, o dia da apresentação da DBF ou, no caso de não apresentação, a data da lavratura do auto de infração."

6. NFS-e – Nota Fiscal de Serviços eletrônica

O material com as perguntas e respostas emitidas pela Secretaria de Estado da Fazenda será disponibilizado no portal da FECAM e segue anexo.



Para quaisquer esclarecimentos relacionados à NF-e, a SEF/SC disponibilizou o telefone 0300-6451515.

7. Lei 11.107/2005 licitações, dispensa e inexigibilidade

A Lei acima citada traz em seu artigo 17 a alteração dos limites de licitação estabelecida no artigo 23 da Lei 8.666/93.

"Art. 17. Os arts. 23, 24, 26 e 112 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passam a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 23.
....."*

§ 8º No caso de consórcios públicos, aplicar-se-á o dobro dos valores mencionados no caput deste artigo quando formado por até 3 (três) entes da Federação, e o triplo, quando formado por maior número." (NR)"

"Lei 8.666

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

I - para obras e serviços de engenharia: (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

- a) convite - até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais); (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)*
- b) tomada de preços - até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais); (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)*
- c) concorrência: acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais); (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)*

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior: (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

- a) convite - até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)*
- b) tomada de preços - até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais); (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)*
- c) concorrência - acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais). (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)"*

Para esclarecer melhor, este assunto será objeto da próxima reunião com o TCE-SC.

8. Patrimônio – Câmara e Prefeitura

Primeiramente devemos lembrar que o patrimônio municipal, como o próprio nome diz, não pertence nem ao Executivo e nem ao Legislativo, pertence sim ao município como um todo.

Partindo desta ideia, cabe ao poder público apenas a definição de como controlar seu patrimônio, podendo o controle ser consolidado dentro do Executivo ou feito separadamente entre o Executivo (Prefeitura) e o Legislativo (Câmara de Vereadores).



Até este momento não entramos no controle patrimonial em nível contábil, ficando apenas dentro de um sistema de gerenciamento de patrimônio.

Na contabilidade, independente da forma de se administrar o controle patrimonial, quando se consolidar os balanços da Prefeitura e da Câmara teremos o saldo total do patrimônio do município.

9. CNPJ Fundo Municipal da Assistência Social

Não se discute a obrigatoriedade de se criar o CNPJ para o Fundo Municipal da Assistência Social.

O que cabe a cada município, conforme já colocado no item 5 deste relatório, é a forma de recebimento da nota fiscal, se no CNPJ do município ou se no CNPJ do Fundo, estando ciente que desta forma passarão a existir obrigações acessórias.

10. Responsabilidade solidária dos contadores perante o TCE-SC

Novamente entramos neste tema para lembrar que muitas vezes por falta de atenção ou pela não conferência dos relatórios encaminhados ao TCE, os contadores dos municípios vêm sendo multados.

A exemplo disso, citamos o controle do saldo das contas de transferências financeiras da Prefeitura e dos Fundos, que muitas vezes por falta de controle não apresentam o mesmo valor de saldo, sendo na Prefeitura devedora e no fundo credor.

11. Precatórios

Procedimentos para consulta dos precatórios.

Site: www.tj.sc.gov.br

Entrar em Consultas Processual;

Precatórios em Andamento;

Número do precatório da Prefeitura;

A Pesquisa sairá relativa a todas as decisões.

Entrar em cada decisão e verificar o ofício e o número do precatório pago.

Se for do TJ, entrar novamente em pesquisa e colocar o número deste precatório. Sairá o valor e a quem foi pago, caso contrário, se for do TRT, deve-se mandar um ofício via *e-mail* para Idalécio Azevedo dos Santos no gabinete do Presidente - gapre@trt12.jus.br - solicitando informações, conforme o número do precatório constante no ofício aberto TJ.

12. SEFIP

A partir de 01 de janeiro de 2012 a Caixa Econômica Federal colocará no ar a nova forma de enviar arquivos SEFIP, GRRF e receber relatórios relacionados aos mesmos.

Para fazer a transmissão e receber informações, todas as entidades, sendo estas públicas ou privadas, deverão adquirir um Certificado Digital (e-CNPJ) no formato ICP-Brasil.

Em princípio, para todos os CNPJ existentes dentro do município deverão ser adquiridos um Certificado Digital. Porém, como o assunto é novo e não existe uma definição concreta de como o sistema funcionará, assim que surgir algum material mais concreto sobre o tema o mesmo será disponibilizado no portal da FECAM.



13. Sistema de Gerenciamento de Obras - SISOBRA

Cada membro do colegiado deverá solicitar que a Associação de Municípios encaminhe à FECAM a relação de municípios que estão encaminhando o SISOBRA. O encaminhamento do relatório deve ser feito até o dia 22 de junho.

14. Assuntos Gerais

14.1 Assuntos a serem discutidos com o TCE-SC

- 1- Publicações de dispensas e inexigibilidade de licitação no DOE;
- 2- Contabilização dos Consórcios no que tange a aplicação da Portaria 40;
- 3- Divergências nas Publicações do TCE-SC.